

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1550957 - BA (2019/0217866-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : TIARO FERNANDES NEVES
ADVOGADOS : MARAIVAN GONÇALVES ROCHA - BA004678
MARAIVAN GONÇALVES ROCHA SEGUNDO E
OUTRO(S) - BA031536
EMBARGADO : JOSE IZIDRO VIANA
ADVOGADO : ANDERSON ASSIS SOUSA E OUTRO(S) - BA027522
INTERES. : HELIO DE OLIVEIRA GUIMARAES

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Alegação de contradição na aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC.
2. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do CPC, constituem-se em recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição omissão ou erro material -, não podendo, portanto, serem acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, reformar o decidido.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrigli
Relatora